

**Despacho n.º 10 929/2006 (2.ª série).** — I — Nos termos do disposto nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Novembro, e no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, delegeo no director de serviços de Recursos Humanos, licenciado António Apolinário e Silva de Carvalho Saraiva, a competência para presidir à junta médica regional a que se refere os n.ºs 2.º, 3.º e 4.º da Portaria n.º 613/2004, de 3 de Junho de 2004.

II — Nas faltas, ausências ou impedimentos do director de serviços de Recursos Humanos, a junta médica será presidida pelo licenciado José Manuel Pinto de Sousa, sendo considerados expressamente ratificados todos os actos praticados no âmbito referido no número anterior, desde 16 de Janeiro de 2006.

III — Revogo o despacho n.º 4768/2005 (2.ª série), de 7 de Março.

12 de Abril de 2006. — O Director Regional, *José Manuel Silva*.

**Rectificação n.º 767/2006.** — Por terem sido publicadas com inexactidão, dão-se sem efeito as propostas de transferência para o lugar do quadro de zona pedagógica do CAE de Castelo Branco dos professores do quadro de zona pedagógica Eduardo Manuel Libânio Barbas, do 3.º grupo, e Cláudia Cristina Dinis Matos Pedrosa, do 10.º-B grupo, constante da listagem n.º 39/2003, conforme publicação no apêndice n.º 34 ao *Diário da República*, 2.ª série, n.º 46, a p. 23, de 24 de Fevereiro de 2003.

12 de Abril de 2006. — Pelo Director Regional, o Director Regional-Adjunto, por substituição, *Carlos Jorge Morgado Gomes*.

### Centro de Área Educativa de Aveiro

**Rectificação n.º 768/2006.** — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 71, apêndice n.º 35, de 10 de Abril de 2006, o aviso n.º 1004/2006 (2.ª série) — AP, rectifica-se que onde se lê «Ligia Maria Simões Pereira — do Jardim-de-Infância de Couto Esteves, Couto Esteves, Sever do Vouga, para o de Gondesende, Esmoriz, Ovar» deve ler-se «Ligia Maria Simões Pereira — do Jardim-de-Infância de Couto Esteves, Couto Esteves, Sever do Vouga, para o de Paço, Beduíno, Estarreja».

19 de Abril de 2006. — A Coordenadora Educativa de Aveiro, *Helena Maria de Oliveira Dias Libório*.

### Direcção Regional de Educação do Norte

#### Centro de Área Educativa de Bragança

**Despacho (extracto) n.º 10 930/2006 (2.ª série).** — Por despacho de 28 de Abril de 2006 do coordenador educativo de Bragança:

Maria da Luz Lourenço Ortega João, assistente de administração escolar em funções no Agrupamento Vertical de Escolas de Miranda do Douro — nomeada, nos termos do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 184/2004, de 29 de Julho, em regime de substituição, por urgente conveniência de serviço, para o desempenho das funções de chefe de Serviços de Administração Escolar, no mesmo Agrupamento, enquanto durar o impedimento do titular do lugar, cabendo-lhe o vencimento correspondente a esta categoria a partir de 20 de Abril de 2006. (Não carece de fiscalização prévia.)

28 de Abril de 2006. — O Coordenador Educativo, *Alcídio Augusto Castanheira*.

## MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

### Escola Superior de Enfermagem de Calouste Gulbenkian

**Aviso n.º 5910/2006 (2.ª série).** — Por despacho de 26 de Abril de 2006 da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Enfermagem de Calouste Gulbenkian, de Lisboa:

Isabel Maria Albernaz de Carvalho e Santos, assistente do 2.º triénio do quadro de pessoal da Escola Superior de Enfermagem de Calouste Gulbenkian, de Lisboa — nomeada professora-adjunta do mesmo quadro de pessoal, precedendo concurso documental, na

área científica de Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Abril de 2006. — A Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Elcínia Marques Gonçalves*.

**Aviso n.º 5911/2006 (2.ª série).** — Por despacho de 26 de Abril de 2006 da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Enfermagem de Calouste Gulbenkian, de Lisboa:

Maria Isabel Dias da Costa Malheiro, assistente do 2.º triénio a exercer funções em regime de missão de serviço extraordinária na Escola Superior de Enfermagem de Calouste Gulbenkian, de Lisboa — nomeada professora-adjunta, em comissão de serviço extraordinária, precedendo concurso documental, na área científica de Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica, ao abrigo e nos termos do n.º 2 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, e do artigo 10.º, n.ºs 1 e 2, do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Abril de 2006. — A Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Elcínia Marques Gonçalves*.

## MINISTÉRIO DA CULTURA

### Gabinete da Ministra

**Despacho n.º 10 931/2006 (2.ª série).** — Nos termos da Lei Orgânica do XVII Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 11/2006 e 16/2006, respectivamente de 19 e 26 de Janeiro, dos artigos 35.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo e do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, delegeo no director do Instituto Português de Arqueologia (IPA), licenciado Fernando Campos de Sousa Real, com possibilidade de subdelegação dentro dos limites previstos na lei, os poderes necessários para a prática dos seguintes actos:

1 — Em matéria de competências específicas:

1.1 — Autorizar a cedência a título precário de espécies arqueológicas entre os seus serviços dependentes quer para exposições no País que sejam patrocinadas pelos serviços dependentes quer para exposições no País que sejam patrocinadas pelos serviços tutelados pelo Ministério da Cultura;

1.2 — Autorizar a celebração de contratos com outras entidades públicas ou privadas, tendo em vista a rentabilização dos espaços incluídos no património à sua guarda, observados os limites legais para autorização de despesas;

1.3 — Fixar o preço de venda ao público das publicações e dos bens móveis conexos com a actividade de divulgação previstos no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 117/97, de 14 de Maio;

2 — Em matéria de gestão de recursos humanos:

2.1 — Dirigir a instrução dos procedimentos administrativos que corram pelo IPA, nos termos previstos no Código do Procedimento Administrativo;

2.2 — Conferir posse aos titulares de cargos de direcção intermédia;

2.3 — Autorizar a inscrição e a participação de funcionários em estágios, congressos, seminários, reuniões, colóquios, cursos de formação e outras iniciativas semelhantes de reconhecido interesse que se realizem no estrangeiro, os quais devem envolver o número de funcionários estritamente necessário e não prejudicar o normal funcionamento dos serviços;

2.4 — Conceder a equiparação a bolseiro, dentro e fora do País, nos termos, respectivamente, do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 272/88, de 3 de Agosto, e do Decreto-Lei n.º 282/89, de 23 de Agosto, desde que não implique a necessidade de novo recrutamento;

2.5 — Autorizar a prestação de trabalho em dia de descanso semanal, de descanso complementar e em feriado prevista no n.º 5 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, bem como a prestação de trabalho extraordinário ao abrigo da alínea d) do n.º 3 do artigo 27.º do mesmo diploma;

2.6 — Conceder licenças sem vencimento por um ano e de longa duração, previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 73.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, bem como autorizar o regresso ao serviço nos casos de licenças de longa duração e de acompanhamento do cônjuge colocado no estrangeiro, nos termos do n.º 2 do artigo 82.º e do n.º 2 do artigo 88.º do referido diploma;

2.7 — Aprovar os programas das provas de conhecimentos específicos referidos no n.º 3 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;